



Como os afro-brasileiros estão usando as tecnologias da informação em defesa dos direitos humanos?

Carlos Eduardo Dias Machado

Mestrando em História Social – USP

A internet é um conglomerado de redes em escala mundial de milhões de computadores interligados pelo Protocolo de Internet que permite o acesso a informações e todo tipo de transferência de dados. A Internet é a principal das novas tecnologias de informação e comunicação (NTICs). Ao contrário do que normalmente se pensa, a Internet não é sinônimo de World Wide Web (rede mundial). Esta é parte daquela, sendo a World Wide Web, que utiliza hipermídia na formação básica, um dos muitos serviços oferecidos na Internet. De acordo com dados de março de 2009, a Internet é usada por 23,8% da população mundial (em torno de 1,6 bilhões de pessoas).

Em primeiro lugar em número de usuários está a Ásia com 657 milhões de usuários, em segundo vem a Europa com 393 milhões, em terceiro a América do Norte com 393 milhões, e em quarto está a América Latina e Caribe com 176 milhões de internautas. No Brasil há mais de 40 milhões de computadores e mais de 38 milhões de internautas ficando mais de 26 horas por mês navegando na rede. Em porcentagem 18% dos domicílios brasileiros possuem computador com acesso à rede e 34% da população nacional é usuária efetiva da Internet, ou seja, acessou a rede nos últimos três meses.

Como está a população negra em relação ao acesso ao computador e a internet em nosso país?

De acordo com pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) vinculada à Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, realizada em 2003 no que se refere à exclusão digital, foram pesquisados os lares segundo tipo de chefia (masculina/feminina, negra/branca) e a posse dos seguintes itens: microcomputador, internet e telefone celular. A tendência geral nesse caso é de elevada marginalização digital da população negra, e, em especial, das mulheres negras. Em 2003, nos domicílios chefiados por brancos, 78% não tinham acesso a: microcomputador, 83% a internet e 53,5% a telefone celular. No caso dos domicílios chefiados por negros, esses valores eram, respectivamente, de 93%, 95% e 71% dos que não tinham acesso. Não existem diferenças significativas entre homens e mulheres na posse desses itens. No entanto, quando se cruza a chefia por raça e sexo, percebe-se que são sempre as mulheres negras as que se encontram em pior situação e, nesse caso, estão, portanto, mais sujeitas à exclusão digital:

Proporção de domicílios que não possuem microcomputador, internet e telefone celular segundo sexo e cor/raça do/a chefe da família– Brasil, 2003.

	Microcomputador	Internet	Celular
Homem Branco	77,1	82,4	52,1
Homem Negro	92,6	95,0	70,9
Mulher Branca	81,1	85,5	57,5
Mulher Negra	94,0	96,0	72,2

Segundo a pesquisa da Fundação Getúlio Vargas (FGV), chamada de Mapa da Exclusão Digital, feita em 2003, São Paulo, Rio de Janeiro e Distrito Federal são os estados de maior inclusão digital, e estudando por raça, quem tem computadores e mais acessa são os amarelos ou asiáticos (41,66), seguido pelos brancos (15,14), em terceiro por negros (pretos 3,97 e pardos 4,06) com 8,03 e em último lugar os indígenas com 3,72.

Podemos afirmar que a exclusão digital acompanha as desigualdades raciais que são muito antigas em nosso país e que homens e mulheres, brancos e negros continuam a ser tratados desigualmente. Os dois grupos têm oportunidades desiguais e acesso desigual aos serviços públicos, aos postos de trabalho, aos espaços de poder e decisão e às riquezas de nosso país.

Portanto há muito a fazer para que negros e indígenas, homens e mulheres tenham as mesmas oportunidades de desenvolvimento em nosso país. Diante desta realidade a pergunta é: o que os negros que possuem acesso à internet podem fazer para defender a causa da igualdade racial e dos direitos humanos?

O ativismo ou a militância virtual é fundamental porque nem todos os batalhadores da causa da igualdade conseguem dar conta da complexidade que é lutar contra o racismo. Existem situações que nos foge da percepção ou do tempo de cada um e há situações que uma pessoa percebeu primeiro a violação de nossos direitos, e pede apoio em solidariedade. Daí a necessidade de militantes na internet, filiados a uma organização ou não, fazer valer as leis e ampliá-las para a promoção de oportunidades para todas e todos.

No continente africano existe um sistema filosófico que pode nos ajudar a ver a sociedade de forma diferente chamado Ubuntu que é uma palavra de origem bantu que não possui tradução na nossa língua, seu significado seria este: "eu existo porque você existe". Ou seja vamos nos preservar para continuar vivendo. No Ubuntu, você pode ter ou pode ser. Assim Ubuntu surgiu como filosofia nas nações africanas onde estão ligados à ancestralidade. Ubuntu vem sendo praticado e buscado cada vez mais a sua compreensão, pelos ativistas que lutam em prol das causas sociais humanitárias. Ser ubuntu é deixar sua individualidade buscando uma nova forma de ver o mundo, buscando o bem da coletividade é abraçar o mundo procurando acabar com o sofrimento da humanidade, socializando informações, minimizando a dor alheia. Esta filosofia tem como princípio aproximar as pessoas onde elas estiverem, conectando-as a todo o conhecimento. Levando cada indivíduo a conhecer sobre o outro para assim haver menos diferenças entre os seres humanos, levando em conta que o conhecimento do outro nos aproxima cada vez mais, nos humanizando. Ubuntu não é apenas ser solidário, é viver é nortear pela ações que levem a igualdade de todos, diminuindo as diferenças.

A filosofia Ubuntu inspirou a nova República da África do Sul sendo o ex-presidente Nelson Mandela o mais famoso seguidor do Ubuntu. Para ser um Ubuntu é necessário ter uma mente aberta para aceitar as diferenças, saber ouvir as opiniões contrárias, é saber que faz parte do mundo é ter consciência do seu papel social. É acima de tudo ser capaz de indignar com as injustiça praticada com o outro e principalmente usar esta indignação para dar um passo para modificar esta situação.

Todos os dias no Brasil observamos situações recorrentes em nosso país que é a décima economia mundial e o mais rico do hemisfério sul: quando se liga a TV ou compramos produtos vemos negros e indígenas não estão representados nas publicidades das empresas como deveriam.

Eu escrevo cartas para empresas desde 1997 a fim de conscientizá-las da importância da promoção da igualdade racial, ou seja, o direito de pessoas de todas as raças/etnias serem representadas nos produtos que consomem e no mercado de trabalho. A pergunta que faço é: devo utilizar um produto aonde eu não me vejo e reconheço?

Deveria ser um princípio de todas as empresas que tem como finalidade a comunicação social, respeitarem o público consumidor, que é diverso senão qual o critério de inserir uma mulher e um homem branco constantemente nos comerciais? Só homens e mulheres brancas consomem? No Brasil vergonhosamente tivemos o Band-Aid cor da pele, o lápis cor de pele da Faber-Castell, temos o álcool Zulu, o bolo Nega Maluca da Dr. Oetker e diversos produtos e serviços aonde não há imagem positiva da população negra e indígena como consumidora.

A discriminação contra a população negra é secular, persistente e se ramifica por diversas áreas da vida brasileira. Será que “negro não vende”? Somos a maioria da população brasileira e 15,8% do grupo do 1% mais ricos do país (Síntese de Indicadores Sociais 2005, elaborada pelo IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, a partir da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD 2004), portanto somos consumidores dos mais diversos produtos disponíveis na economia nacional.

São Paulo é a cidade fora da África com maior população negra do planeta e capital do Estado com maior população negra no país, Somos 3,3 milhões de pretos e pardos - 30,3% dos quase 11 milhões de habitantes. Em termos de população negra no mundo fica atrás apenas de Lagos, capital da Nigéria, que tem cerca de 10 milhões, e do Cairo, no Egito, que tem 15,9 milhões. No Estado, a população negra, de acordo com a Fundação SEADE (Fundação Sistema Estadual de Análise e Dados) chega a 12,5 milhões de habitantes, o que torna S. Paulo o Estado com maior população negra do país.

Aqui mais uma vez há uma explicação: negro é o nome que o IBGE dá a quem é pardo e quem é preto. A cor preta é designada a pessoas quem tem pele mais escura. Mas ambos pertencem ao mesmo grupo. Há quem ache que é um erro somá-los. Fui conferir em diversos indicadores sociais. Em todos - seja consumo, renda, tempo de vida - a distância social entre brancos e pardos ou entre brancos e pretos é enorme, mas entre pardos e pretos a distância é pequena. Conclusão: sociologicamente eles estão no mesmo grupo.

Se eles fazem parte da maioria convencida de que o Brasil é um país melhor que os outros, do mulato inzoneiro (manhoso, mexeriqueiro, intrigante, sonso, mentiroso), da mistura de raças, e que nas políticas de contratação de mão de obra, modelos brancos e nomes de produtos não há racismo e sim mérito ou algo sem importância já que “todos somos iguais”, infelizmente tenho que dizer: o Brasil nunca teve segregação oficial como nos Estados Unidos e África do Sul, mas sempre discriminou baseado na cor da pele. Silenciosamente. E temos heranças horrorosas do passado escravista e do período pós-abolição. Uma delas ainda está lá nas entradas de elevadores social e de serviço, um eufemismo para dar ao porteiro o direito de constranger os negros a ir pelo elevador de trás, destinado a cargas e compras. O lema para acabar com esta vergonha tem que ser: todos pela diversidade!

Empresas e órgãos públicos criam barreiras, que impedem o uso da imagem, contratação, ascensão de homens e mulheres negras. Há quem diga que no Brasil só há discriminação social e não racial. Isto, a bem dizer, não torna menos vergonhosa a discriminação, mas não é toda a verdade. As pesquisas estatísticas são reveladoras: negros e brancos com o mesmo nível de escolaridade têm renda diferente, o branco ganha quase o dobro do que ganha o negro (IBGE. Síntese de Indicadores Sociais 2007) e o Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social, lançou o livro Perfil Social, Racial e de Gênero das 500 Maiores Empresas do Brasil e Suas Ações Afirmativas – 2007, que reafirma o baixo número de negras e negros trabalhando no mundo empresarial. O que você me diz disto? É ou não é a manutenção de privilégios para brancos e amarelos?

A mudança de tratamento das empresas e dos governos não vão mudar o mundo, mas será um passo: um passo na direção certa para o respeito ao cidadão negro e indígena que como os outros grupos, ajudaram e auxiliam a construir este país, mas que vê seus talentos sendo descartados por causa do racismo que impede o seu desenvolvimento individual, coletivo e do Brasil como um todo. Que um dia todos possam dizer: nossa sociedade é justa, há lugar e há igualdade de oportunidade para todos e todas!

Tarefa: enviar e-mails para os SENADORES e STF (Supremo Tribunal Federal) exigindo que os mesmos votem em favor das cotas nas Universidades Federais, do ProUni, para excluídos, negros, Quilombolas e indígenas, bem como em favor do estatuto da igualdade racial.